

Convocamos as entidades apoiadoras da iniciativa da Carta Aberta sobre a PEC 32, Núcleos e demais entidades e voluntários(as) integrantes do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 08 de março de 2021 (segunda-feira) de 9:00 às 11:00 horas, em forma virtual pela ferramenta zoom, que pode ser acessada por meio do link < <https://us02web.zoom.us/j/89806395431?pwd=WWlQcExlYXRWbVVFcXlYvb2NBZWFGdz09>>, para tratar de PAUTA única:

1. **PEC 186/2019 denominada “PEC Emergencial” antecipa danos da PEC 32/2020 e coloca o AJUSTE FISCAL no texto constitucional, aprofundando a escassez de recursos que enfrentamos desde a vigência da EC-95 (Teto de gastos), conforme breve histórico que impõe a deliberação de ações conjuntas de nosso movimento.**

BREVE HISTÓRICO:

- A Carta Aberta sobre a PEC 32/2020, apoiada por cerca de 120 entidades, já mencionava a PEC 186/2019 em vários pontos (disponível em <https://bit.ly/3sTSwAj>);
- Os sucessivos Substitutivos apresentados no Senado nos últimos dias ampliaram muito o escopo da referida proposta, conforme abordamos em artigos disponíveis em <https://bit.ly/30gMw8y> e <https://bit.ly/38d7fyx>;
- A Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP, organismo da CNBB) elaborou Nota Pública aberta à participação de entidades da sociedade civil, disponível em <https://bit.ly/3sOKcln>;
- A Auditoria Cidadã da Dívida enviou Interpelação Extrajudicial sobre a PEC 186 e a PEC 32 aos Senadores(as), via Cartório de Documentos, em 02/03/2021, conforme documento disponível em <https://bit.ly/2PzFLNc>;
- PEC 186/2019 foi aprovada diretamente no plenário do Senado (primeiro turno em 03.03.2021 e segundo turno em 04.03.2021), sem passar pelo crivo de comissões temáticas e sem uma audiência pública sequer, portanto, sem o necessário debate para a drástica modificação da Constituição que ela faz;
- Arthur Lira já divulgou que a PEC 186/2019 será votada diretamente no plenário da Câmara dos Deputados e anunciou sessão para terça-feira dia 09/03/2021;
- Desde o envio da PEC 186 pelo governo ao Congresso em 2019 ela já era chamada de “PEC Emergencial”. Depois de 2 meses sem pagar auxílio emergencial aos famintos (a última parcela foi paga em dezembro/2020), a PEC 186/2019 passou a ser usada como chantagem para que o auxílio emergencial volte a ser pago, embora tenhamos cerca de R\$ 5 trilhões líquidos em caixa e não precisaríamos dessa PEC para pagar auxílio muito superior ao ínfimo valor limitado a R\$ 44 bilhões no último substitutivo apresentado pelo relator dia 03/03/2021, pouco antes da votação;
- Na realidade, o objetivo da PEC 186/2021 é aprofundar o privilégio do Sistema da Dívida, conforme trecho do artigo disponível em <https://bit.ly/3kKVXGR> :

Para cumprir o AJUSTE FISCAL e a meta de SUPERÁVIT FISCAL de pelo menos 5% das receitas correntes, que passam a constar expressamente do texto constitucional caso a PEC 186 seja aprovada, os gastos necessários ao desenvolvimento socioeconômico, ao atendimento aos direitos sociais e à manutenção do Estado terão que ser cortados e ativos públicos serão vendidos, tudo isso para que sobrem mais recursos para o pagamento da chamada dívida pública!

DELIBERAÇÕES:

- Necessidade de atualização do texto e envio de Interpelação Extrajudicial para deputados(as) federais;
- Necessidade de deliberação de ações conjuntas:
 - a. Atividades para aumentar a mobilização no sentido de exigir a abertura do necessário debate com a sociedade civil, que sofrerá as consequências dessa PEC 186/2019;
 - b. Ações para repudiar as mentiras e chantagens usadas para convencer parlamentares e opinião pública sobre a necessidade da PEC 186/2019;
 - c. Ações para denunciar o objetivo da PEC 186/2019: submeter a Nação a um sacrifício fiscal desnecessário ao constitucionalizar o ajuste fiscal e a necessidade de cumprir meta de superávit fiscal e realizar venda de ativos, o que só servirá ao aumento dos gastos com a chamada dívida pública e sustento da política monetária suicida do Banco Central, que já custou R\$ 3 trilhões em 10 anos (<https://bit.ly/3uVs9fm>) e que agora “independente” poderá ampliar ainda mais esse rombo;
 - d. Outras sugestões relacionadas à PEC 186/2019 e PEC 32/2020.

Contamos com a participação de todos e todas.

Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília-DF – CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
Telefone (61) 2193-9731 - E-mail: contato@auditoriacidada.org.br, www.auditoriacidada.org.br